

Lei Ordinária nº 2108/2024

" INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE ESCOLA CÍVICO-MILITAR (PMECIM) NO MUNICÍPIO DE JARDIM - MS, E DÁ OUTRAS DISPOSIÇÕES."

DRA. CLEDIANE ARECO MATZENBACHER, Prefeita Municipal de Jardim - Estado de Mato Grosso do Sul, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Publicada em 25 de março de 2024

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1°

Institui-se o Programa Municipal de Escola Cívico-Militar (PMECIM), no âmbito do Município de Jardim/MS, tendo os seguintes objetivos:

ı

Promover a melhoria na qualidade da educação básica no ensino fundamental;

II Promover a cultura de paz e o pleno exercício da cidadania;

Ш

Elevar os índices de desenvolvimento da educação básica, por meio de integração transversal com os demais programas e projetos educacionais do Estado.

§ 1°

O PMECIM será desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e implantado conforme estudo de demanda e viabilidade,e sob a coordenação,orientação e supervisão da SEMED.

§ 2°

O Programa de que trata o caput deste artigo é complementar a outras políticas de melhoria da qualidade da educação básica instituídas em âmbito municipal, e não implica o encerramento de outros programas ou projetosque visem à melhoria do ensino e da aprendizagem.

Capítulo II DAS FINALIDADES

Art. 2°

O PMECIM tem por finalidades:

ı

executar a Política de Educação Básica,em consonância com as diretrizes nacionais, estaduais e municipais;

ш

desenvolver ações voltadas à melhoria do ensino e da aprendizagem;

Ш

reduzir as taxas de reprovação, de abandono e de evasão escolar dos estudantes na Rede Pública de Ensinode Jardim-MS;

IV colaborar para a formação humana e cívica do cidadão;

V

contribuir para a melhoria do ambiente de trabalho dos profissionais da educação;

VΙ

estimular a participação da comunidade escolar nas atividades e nas propostas desenvolvidas pelas escolascívico-militares;

VII contribuir para a redução dos índices de violência no âmbito escolar;

VIII

formar alunos para o exercício da plena cidadania,consciente de seus deveres e direitos, em respeito às garantias previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, em conformidade com as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

VIII

formar alunos para o exercício da plena cidadania,consciente de seus deveres e direitos, em respeito às garantias previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, em conformidade com as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Capítulo III DAS ESCOLAS

Art. 3°

Entende-se por "Escola Cívico-Militar" aquela que desenvolve suas atividades com o apoio de servidores militares, em funções voltadas à formação cidadã, política, social e ética do estudante, por meio de práticas pedagógicas que permitam reconhecer valores e normas de condutas que regulam a sociedade.

Art. 4°

As escola municipais quem integrarem o PMECIM, passaram a ser denominada "Escola Municipal Cívico-Militar", acrescidas da nomenclatura original, permitindo designação pela sigla "EMCIM".

Parágrafo único.

A Escola Cívico-Militar será estabelecimento público municipal de ensino, que ministram o ensino regular na educação básica, na etapa ensino fundamental do 6° ao 9° ano, no periodo matutino.

Art. 5°

A organização administrativa, pedagógica e o funcionamento das unidades escolares inseridas no PMECIM serão estabelecidas em ato próprio, em conformidade com a legislação vigente e observadas as diretrizes nacionais, estaduais e municipais, o qual disporá, dentre outros temas indispensáveis à execução do Programa, sobre:

ı

a gestão escolar;

II a matriz curricular, contendo a respectiva carga horária;

III o plano político-pedagógico;

IV o Regimento Escolar;

V o horário de funcionamento da unidade escolar;

VI

os critérios de admissão dos alunos, observada a proximidade da escola pública de origem e/ou a localidadeda residência;

VII

os mecanismos objetivos de monitoramento, avaliação e de formação continuada de acordo com a legislação vigente;

VIII

a equipe de servidores que atuará na escola inserida no Programa, com os respectivos cargos e jornadasde trabalho;

IX o Colegiado Escolar;

X a Associação de Pais e Mestres.

Capítulo VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6°

As despesas decorrentes da execução deste Programa correrão à conta de dotação orçamentária própria.

Art. 7°

Para a execução do PMECIM, poderão ser firmados convénios, termos de compromisso e acordos de cooperação com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, da Estadual e da Municipal, e com entidades privadas sem fins lucrativos.

Art. 8°

As especificidades e disposições relativas à execução do PMECIM serão regulamentadas por ato próprio.

Art. 9°

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario, em especial o Decreto Municipal n° 157 de 16 de setembro de 2021.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Jardim-MS, 25 de março de 2024.

DRA. CLEDIANE ARECO MATZENBACHER

Prefeito Municipal de Jardim-MS